

## UMA GEOHISTÓRIA DO SUDESTE PARAENSE A PARTIR DOS VETORES ECONÔMICOS HEGEMÔNICOS: BORRACHA, CASTANHA, PECUÁRIA, EXTRAÇÃO MADEIREIRA E MINERAÇÃO

Mateus Monteiro Lobato<sup>1</sup>  
Raíssa Langer Campos<sup>2</sup>  
Kethelen Alves de Moraes<sup>3</sup>

**RESUMO:** A ocupação do espaço Amazônico a partir da chegada do colonizador foi estruturada a partir de vetores econômicos hegemônicos. No Sudeste Paraense, esses vetores foram a borracha, a castanha, a pecuária, a extração madeireira e a mineração. Nesse artigo, analisaremos a instituição destes vetores ao longo do tempo, mas sob um prisma geohistórico. Nossos procedimentos metodológicos estão agrupados em três etapas: revisão da literatura, produção cartográfica e análise dos resultados. Em nosso olhar, percebemos que a ocupação dessa região se estabeleceu a partir da exploração dos recursos naturais. Apesar de que seja possível estabelecer uma continuidade produtiva, vimos também que a resistência social impõe conflitos que configuram um arranjo espacial particular a essa produção do espaço.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cartografia; Fronteira; Geohistória; Vetores econômicos; Sudeste Paraense.

## A GEOHISTORY OF SOUTHEAST PARÁ BASED ON HEGEMONIC ECONOMIC VECTORS: RUBBER, CHESTNUT, LIVESTOCK, TIMBER EXTRACTION AND MINING

**ABSTRACT:** The occupation of the Amazon region after the arrival of colonizers was structured based on hegemonic economic vectors. In the Southeast of Pará, these vectors were rubber, chestnuts, livestock, logging, and mining. In this article, we will analyze the establishment of these vectors over time, but from a geohistorical perspective. Our methodological procedures are grouped into three stages: literature review, cartographic production, and analysis of results. In our view, we perceive that the occupation of this region was established based on the exploitation of natural resources. Despite the possibility of establishing a productive continuity, we also saw that social resistance imposes conflicts that configure a particular spatial arrangement to this production of space.

**KEYWORDS:** Cartography; Frontier; Geohistory; Economic vectors; Southeast Pará.

## UNA GEOHISTORIA DEL SURESTE DE PARÁ A PARTIR DE LOS VECTORES ECONÓMICOS HEGEMÓNICOS: CAUCHO, NUECES, GANADO, EXTRACCIÓN DE MADERA Y MINERÍA

**RESUMEN:** La ocupación del espacio amazónico tras la llegada del colonizador se estructuró en base a vectores económicos hegemónicos. En el Sudeste de Pará, estos vectores fueron el

1 Doutor em Geografia. Professor Permanente do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Geografia da Universidade Federal do Pará (PROFGEO/UFPA). E-mail: monteirolobato@ufpa.br

2 Graduada em Licenciatura em Geografia pelo *Campus* Universitário de Altamira da Universidade Federal do Pará. E-mail: raissa1234langer@gmail.com

3 Graduada em Licenciatura em Geografia pelo *Campus* Universitário de Altamira da Universidade Federal do Pará. E-mail: kethelenmoraes11@gmail.com

caucho, las nueces, la ganadería, la tala y la minería. En este artículo analizaremos la institución de estos vectores a lo largo del tiempo, pero desde una perspectiva geohistórica. Nuestros procedimientos metodológicos se agrupan en tres etapas: revisión de la literatura, producción cartográfica y análisis de resultados. En nuestra opinión, somos conscientes de que la ocupación de esta región se estableció mediante la explotación de recursos naturales. A pesar de la posibilidad de establecer una continuidad productiva, también vimos que la resistencia social impone conflictos que configuran un arreglo espacial particular para esta producción de espacio.

**PALABRAS CLAVES:** Cartografía; Frontera; Geohistoria; Vectores económicos; Sudeste de Pará.

## INTRODUÇÃO

A ocupação da Amazônia a partir da sua invasão em 1500 obedeceu ao movimento de expansão mercantil das nações europeias no que ficou conhecido como colonialismo (Novais, 2007). Todavia, ao longo do tempo ela ganhou vários matizes, e um deles foi um invólucro capitalista, que priorizou a acumulação internacional e nacional a partir da exportação de matérias-primas. Evidentemente, conforme o período do tempo em que esteve ou está vigente a pegada muda: predatório, ambiental, tecnológico etc. (Becker, 1990; 2004; Harvey, 2005).

Tal processo foi visto em várias nuances ao longo do tempo na região, como por exemplo: a coleta das “drogas do sertão” e especiarias em geral no vale do Xingu (Souza; Cardozo, 2008; Lobato *et al.*, 2024), a borracha (Santos, 1980), a castanha em Marabá (Emmi, 1999), a pecuária no sudeste paraense (Lopes *et al.*, 2023; Carvalho *et al.*, 2018), e, mais recentemente, no nordeste paraense (Guilherme Jr., 2022), e tantos outros olhares que se debruçaram na questão.

Aqui nesse caso, compreenderemos esse movimento a partir de uma visão geohistórica, ou seja, compreender como o espaço geográfico foi moldado segundo essas lógicas gerais de reprodução (Lobato *et al.*, 2022). Tendo em vista o escopo, a área de análise é o que ficou conhecido como sudeste paraense, mas que compreende uma unidade produtiva de fornecimento de matérias primas. Dessa feita, nosso olhar se debruçará sobre essa ocupação geohistórica desenvolvida ao longo do tempo nessa, em específico aquela que está sob influência hoje da cidade de Marabá.

Esperamos perseguir uma hipótese de que a configuração espacial de hoje é resultado da maneira como o sistema colonial, e em seguida o capitalismo, formataram para a Amazônia, ou seja, desde o princípio as estruturas e os processos foram constituídos enquanto meio para exploração dos recursos naturais da região. Não se trata de uma continuidade histórica ou um historicismo, mas de um olhar que percebe que a ocupação

da fronteira é dada a partir da utilização das estruturas existentes, mas com a conversão ao propósito específico a cada época moldada por uma luta de classes constante.

## **A GEOHISTÓRIA DO SUDESTE PARAENSE A PARTIR DE SEUS VETORES HEGEMÔNICOS**

Desde que o sistema colonial português começa a encontrar dificuldades para manter o ritmo de exploração do comércio com as Índias, se instaura uma crise na nação lusitana e ela impõe uma reorganização de sua relação colonial com o Brasil e várias medidas foram tomadas para aumentar o rendimento econômico das terras tupiniquins, com a Amazônia se tornando um espaço importante nessa nova estrutura (Simonsen, 2016).

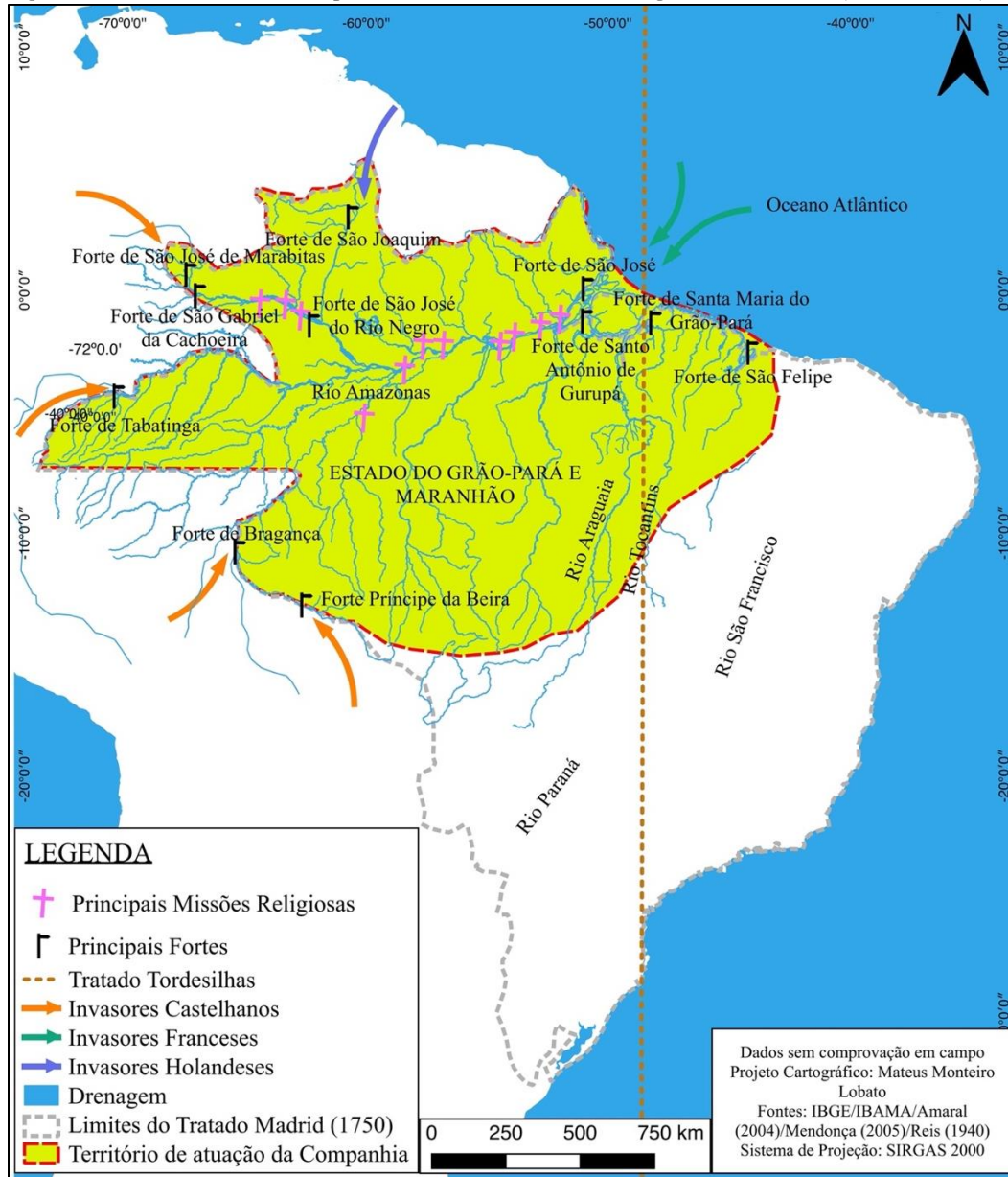
Desse momento podemos destacar a estruturação regional a partir de vários objetos técnicos, estabelecimento de territórios produtivos e relações socioespaciais: fortificações, delimitação de fronteiras, migrações, fundação de vilas e cidades. Entendemos que a culminância dessas ações se deu em torno da criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, uma gigantesca empresa colonial que ajudou no aumento da exploração econômica de Portugal (Chambouleyron, 2010; Machado, 1989).

No mapa (figura 1), buscamos representar aproximadamente os domínios territoriais do Estado do Grão-Pará e Maranhão que era a delimitação territorial da Companhia Geral de nome homônimo. Nesse mapa representamos a estrutura montada pelos portugueses para garantir a exploração das “Drogas do Sertão” (cacau, castanha, canela, cravo, salsaparrilha e pimenta) e o próprio controle do território.

No início da ocupação colonial portuguesa os missionários religiosos eram peças fundamentais para a consecução da exploração dos recursos naturais regionais. Essa relação entre a Coroa e a Igreja Católica foi fundamental para consolidar a posse das terras coloniais em favor de Portugal, mas que, mais tarde gerou problemas à Coroa (Araújo, 2003).

Reis (1992) mostrou como Portugal criou as bases políticas e legais do território amazônico quando esteve sob posse dessas terras coloniais, num claro sentido de efetivar a exploração econômica dos produtos que aqui eram cultivados ou explorados pelos colonos.

Figura 1 — A unidade territorial produtiva da Amazônia e a configuração territorial (Século XVIII).



Fonte: Autores (2018).

Tudo isso que até agora foi sistematizado eram as ações fundamentais para constituir um território voltado à produção aqui na Amazônia (figura 1), que se consolida como fornecedora de algodão e arroz onde é hoje o Estado do Maranhão; no Pará, nos vales dos rios Amazonas, Acará e foz do Tocantins as drogas do sertão (salsaparrilha e cacau selvagem); e na Ilha do Marajó, o couro e carnes (Santos, 1980).

Essa vai ser a organização produtiva do território até a metade do século XIX, quando a extração de borracha se inicia em larga escala, a partir de observações e pesquisas de estrangeiros sobre um produto que já era utilizado pelas populações

amazônicas e que a descoberta da vulcanização acelerou os usos nacionais e internacionais (Santos, 1980).

A primeira estrutura socioprodutiva empenhada para iniciar a extração da borracha foi aquela organizada para garantir a circulação pelos rios amazônicos. Logo houve a pressão internacional sobre o governo brasileiro para a abertura dos portos e rios amazônicos aos navios ingleses e estadunidenses (Machado, 1989).

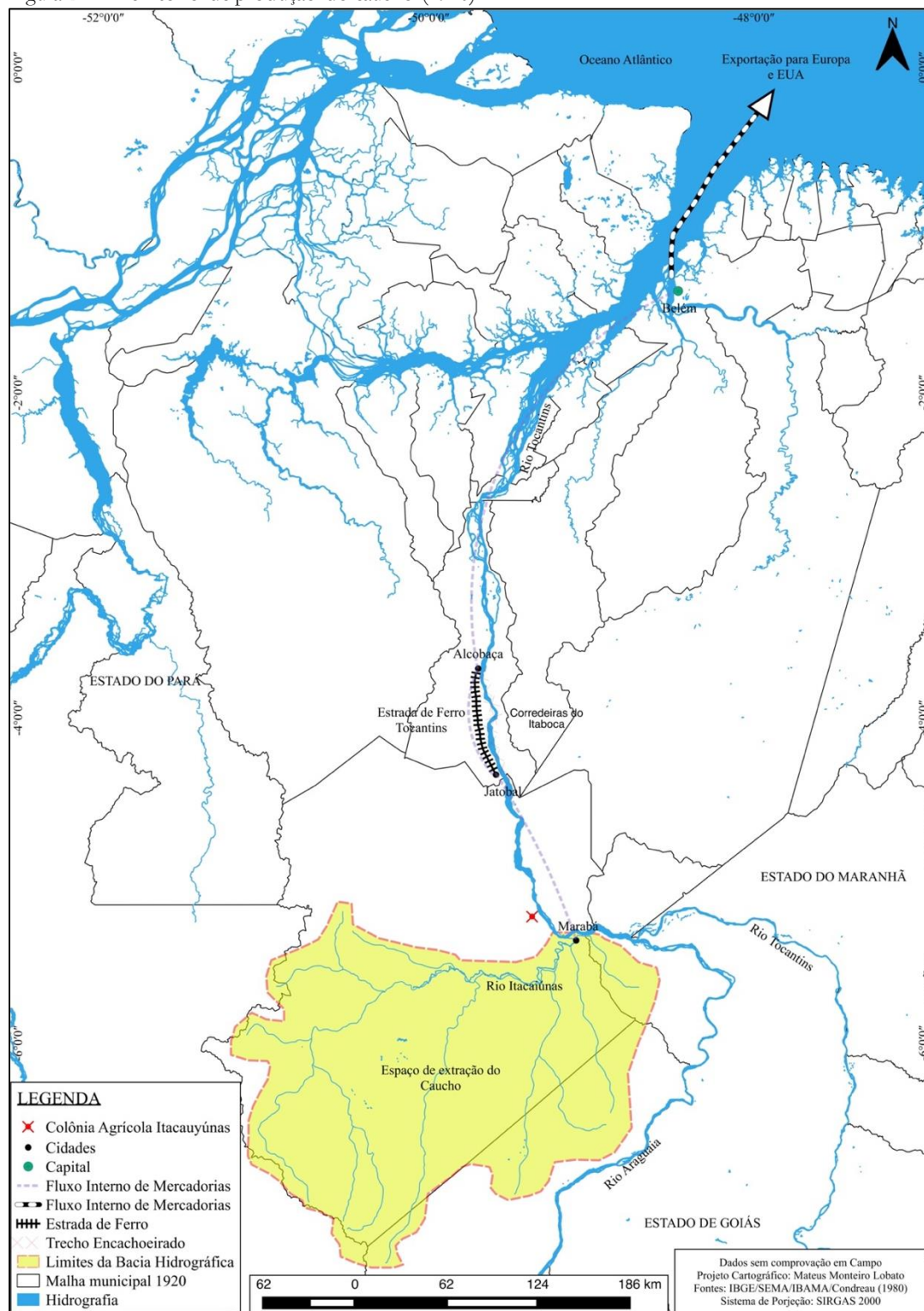
Portanto, aquelas vilas, cidades, portos, mão de obra e sociabilidade voltada a circulação foi apanhada sumariamente para garantir a extração desse novo produto regional. Daí se notar que ao longo da Amazônia a circulação do valor ser determinada pelo transporte fluvial a partir de uma estrutura mista de modais (Dias, 1958; Lobato, 2012).

Mais precisamente em Marabá, a exploração da borracha foi feita a partir de uma variante, o caucho, e aproveitou uma estrutura que foi construída a partir da circulação de religiosos e da vigilância para coibir o contrabando da mineração do centro-oeste brasileiro (Goyaz), culminando no que pode ser visto na figura 2, a dinâmica da atividade do caucho (Dias, 1958; Emmi, 1991; Lagenest, 1958; Velho, 1981).

O regime de exploração do trabalho era o que se conhece na Amazônia como aviamento, uma prática que adiantava as mercadorias necessárias aos trabalhadores para eles entrarem na mata e ao final da safra eles retornavam ao barracão para saldarem suas dívidas. Entretanto, eles nunca conseguiam se livrar dessas dívidas, ou porque havia uma diferença cambial gigantesca em desfavor dos trabalhadores quando do adiantamento das mercadorias, ou porque eles eram sumariamente roubados no final da produção quando iam prestar contas. O que quase sempre acontecia era eles ficarem devendo e precisarem “pagar” essa dívida com trabalhos em locais fora dos seringais/cauchais, assim, ficando a mercê dos patrões que convertiam essa mão de obra em outras tarefas (Emmi, 1999, Machado, 1989).

Para além disso, o que podemos destacar sobre a construção dessa dinâmica espacial de extração do caucho de Marabá foi a necessidade de construir um mercado de trabalho a partir da migração inter-regional. As estratégias foram diversas: campanha direta pela vinda de estrangeiros, subsídio à vinda de nordestinos, instalação de colônias agrícolas e outras ações, sendo a própria cidade de Marabá resultado dessa última iniciativa (Emmi, 1999; Machado, 1989).

Figura 2 — Território de produção do caucho (1910).



Fonte: Autores (2018).

Um terceiro ponto sobre a extração do caucho/borracha é que ela foi um poderoso atrativo para os capitais nacionais e internacionais, como mostra Santos (1980, p. 152):

Comunidade econômica de renda muito baixa em 1850, a Amazônia só pôde corresponder à demanda externa que se intensificava graças aos subsídios de poupanças extra-regionais. A julgar por vários indícios e hipóteses, essas poupanças provieram: (a) *do exterior*, sob a forma de financiamento às importações; sob a forma de investimentos diretos de origem britânica, norte-americana, francesa e, em menor vulto, belga, investimentos esses que iam desde a viação fluvial e ferroviária até portos e serviços urbanos; e sob a forma de empréstimos aos governos locais: (b) *de outras regiões do país*, sob a forma de crédito às importações de cabotagem; sob a forma de investimentos diretos de particulares e, mais tarde, despesas de capital da União, salientando-se no segundo grupo o empreendimento de Mauá e, no terceiro, a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

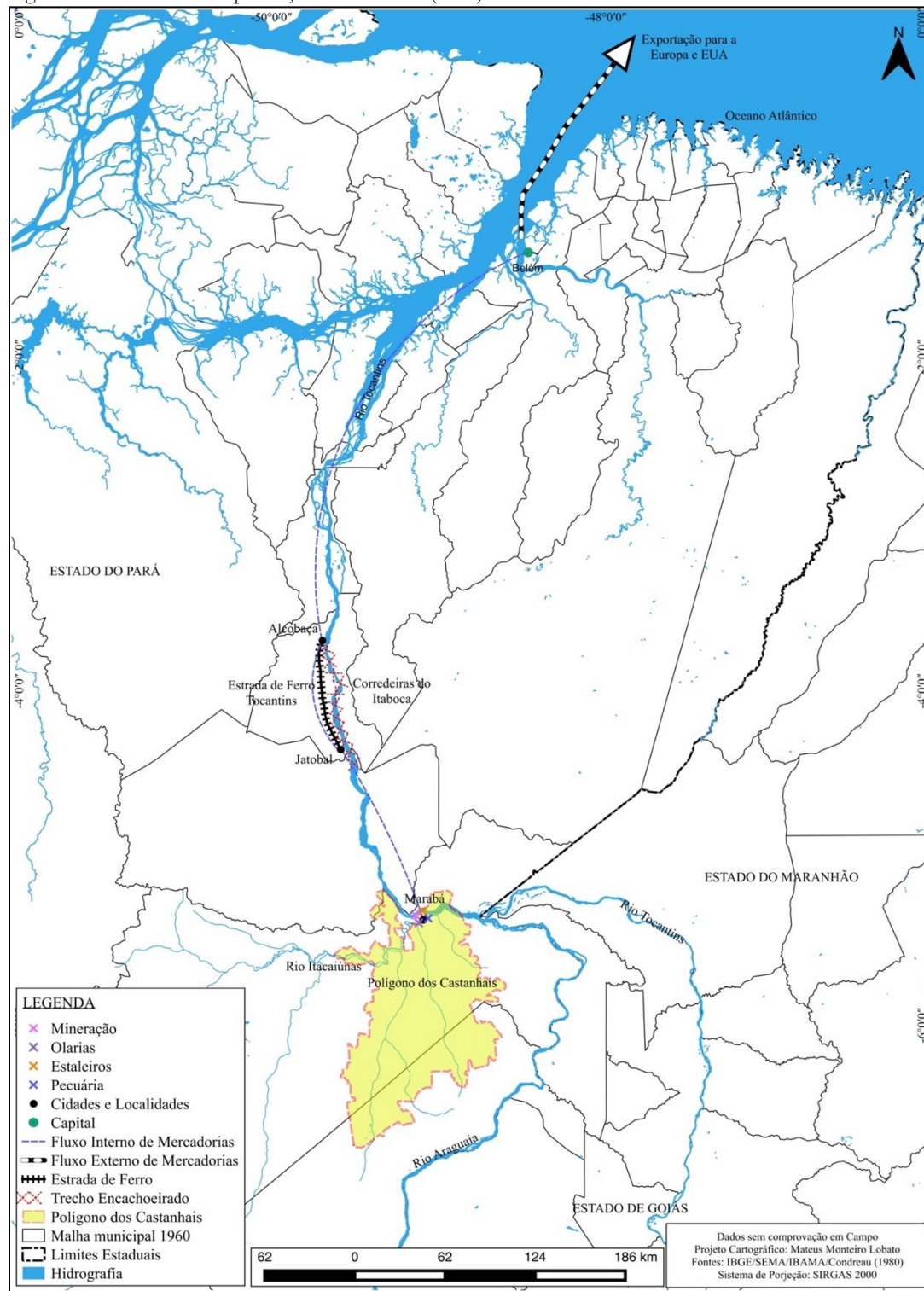
Portanto, toda essa estrutura física, econômica e social montada em torno da exploração da borracha fez surgir em Marabá uma dinâmica socioespacial que garantiu a retirada desse valor a partir: da mão de obra; do aviamento; dos aforamentos e arrendamentos de terras; embarcações; portos; ferrovia; barracões; casas aviadoras; as cidades de Marabá e Belém; além do território de exploração do caucho. Entendemos que essa dinâmica produtiva que se desenvolveu a partir da exploração do caucho, tendo como centros urbanos as duas cidades, se torna argumento para apontarmos que a retirada do valor nesse momento se deu a partir da construção do que Harvey (2005) chamou de ajustes espaciais.

Com a diminuição da atividade de exploração da borracha na Amazônia os capitais nacionais e internacionais deixaram a região e ela observou um período de surgimento de outras que eram até então hegemônicas, como foi o caso da exploração da castanha em Marabá, que por sua vez aproveitou muito do que já tinha sido construído e formado pela atividade explorativa anterior: o caucho.

A mão-de-obra arregimentada e presa ao aviamento; os regimes de propriedade baseado no arrendamento e aforamento de terras; a estrutura de circulação pelos modais fluviais e ferroviário; os capitais e casas aviadoras que eram destinados ao caucho; e a rede urbana que interligava o interior do território, Marabá, Belém e o mercado internacional, como é perceptível na figura 03 (Dias, 1958; Emmi, 1999; Lobato, 2018; Santos, 1980).

Uma diferença entre ambas as atividades marabaenses é sobre o território da produção constituído, pois enquanto a atividade do caucho se desenvolvia ao longo da bacia hidrográfica, a castanha era explorada no polígono dos castanhais, uma área rica em árvores dessa fruta.

Figura 3 — Território de produção da castanha (1960).



Fonte: Autores (2018).

Entender o propósito dessa pesquisa requer retomar a reflexão de Lefebvre (1973) sobre as relações de produção, pois, segundo ele, o capital gesta sua própria estrutura socioprodutiva e as mantém para preservar sua reprodução futura. Defendemos que o



que aconteceu em Marabá foi exatamente isso: houve a manutenção de condições espaciais de produção pretéritas para garantir a extração de valor do território numa outra circunstância.

Destarte, na transição entre a economia extrativa do caucho para a da Castanha ficou perceptível essa iniciativa, haja vista que foram utilizadas as estruturas socioespaciais de uma na outra, modificando alguns poucos elementos espaciais (figuras 02; 03). Uma estrutura socioprodutiva que permitiu levantar-se sobre ela uma elite agrária muito forte e que dominou a cena política e econômica de Marabá e região por décadas: a Oligarquia do Tocantins (Emmi, 1999).

Eram troncos de famílias tradicionais paraenses e marabaenses que tinham o controle do território e que só foram ameaçadas a partir da década de 1960, quando o Brasil viveu um novo período de exceção, mas com traços nacional-desenvolvimentista. Os governos militares que se puseram no poder de 1964 em diante utilizaram uma estratégia baseada no cientificismo e no planejamento estatal, uma ferramenta que já começava a ser fomentada a partir da década de 1940.

Para nós, nesse momento os militares montaram um cenário em que houve a construção de uma dupla narrativa sobre o espaço geográfico amazônida, se por um lado, impingiam o discurso do vazio demográfico (Soares, 2021), por outro valeram-se das potencialidades naturais da região (Becker, 1991).

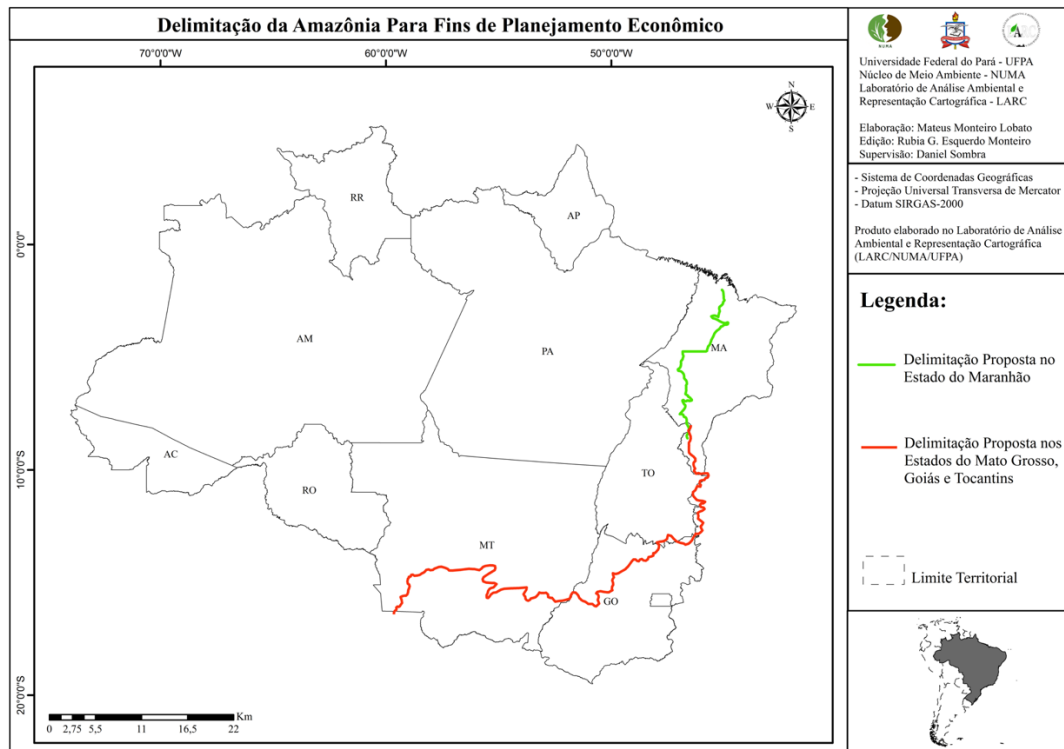
No primeiro quesito houve a continuidade dos esforços empreendidos desde o Governo Vargas e que deu origem a delimitação da Amazônia Legal utilizada atualmente, pois conforme se verifica nos mapas elaborados por Soares (1948)<sup>1</sup>, praticamente inexistiam atividades, pessoas e infraestrutura além dos limites traçados por ele (figuras, 04, 05, 06 e 07).

Partindo do princípio de que à Amazônia – numa delimitação para fins de planejamento econômico – devam ser incluídas as terras ainda não ocupadas da faixa pioneira, ou, ainda fracamente ocupadas (*vide* fig. 13), bem como as terras de ocupação antiga, porém, atualmente sem desenvolvimento, a linha divisória passaria, a rigor, mais à jusante dos afluentes da margem direita do rio Araguaia, e não pelo divisor entre as suas águas e as do rio das Almas. Passando, entretanto, pelo divisor, tal limite coincide, quase inteiramente, com as divisas municipais e distritais, e representaria assim uma adaptação da linha proposta às divisões administrativas (Soares, 1948, p. 30, grifos próprios).

---

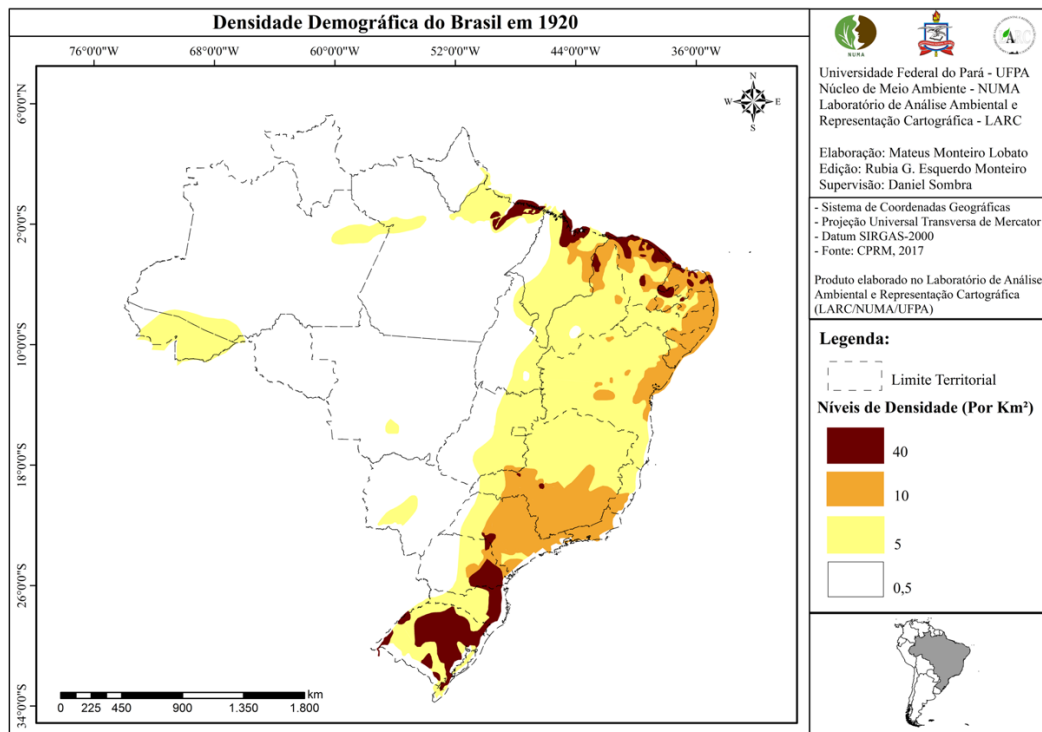
<sup>1</sup> Os mapas presentes nesse artigo são uma reconstrução dos originais de Soares (1948), mas utilizando a técnica de digitalização dos que estão presentes no artigo original do autor. Eles estão presentes aqui para mostrar a retórica do autor no sentido de corroborar suas afirmações sobre o caráter inexplorado e desocupado da região.

Figura 4 — Limites da Amazônia para fins de planejamento segundo Lúcio de Castro Soares.



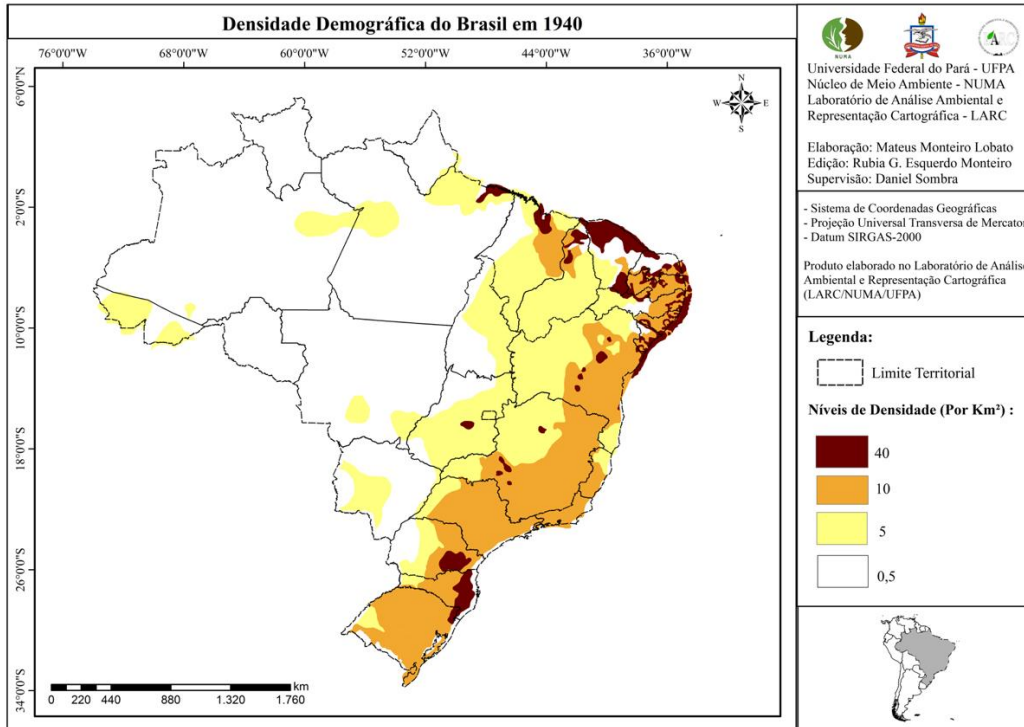
Fonte: Soares (1948)/Adaptado pelos autores. Elaboração: LARC (NUMA/UFPA).

Figura 5 — Densidade demográfica do Brasil em 1920.



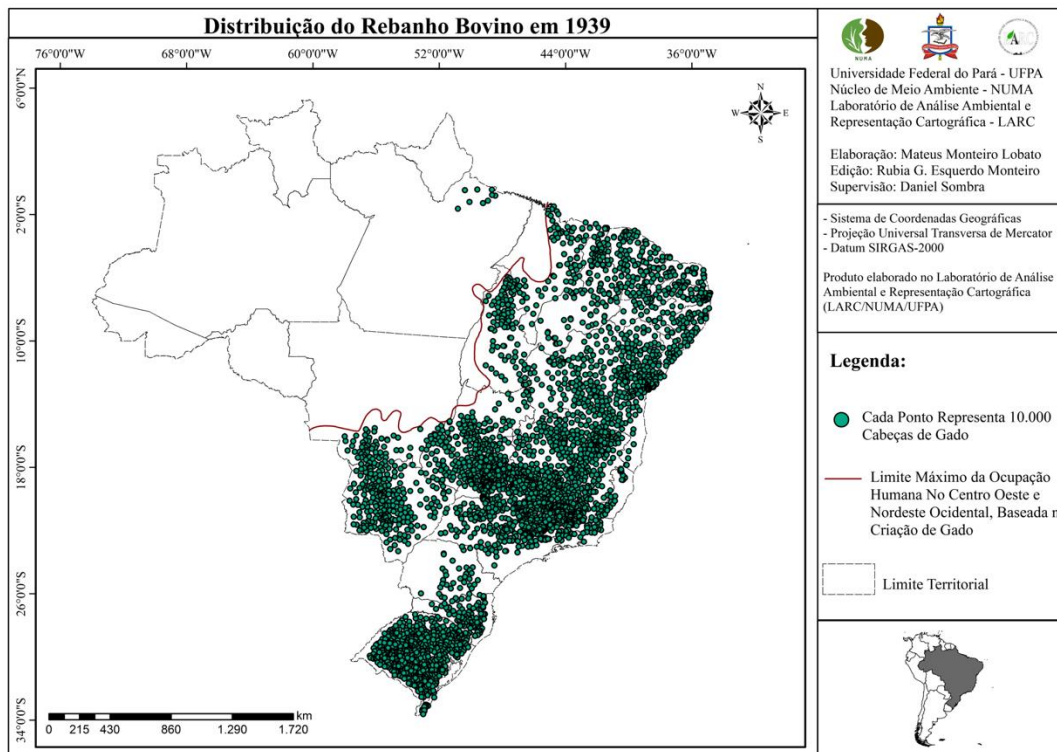
Fonte: Soares (1948)/Adaptado pelos autores. Elaboração: LARC (NUMA/UFPA).

Figura 6 — Densidade demográfica do Brasil em 1940.



Fonte: Soares (1948)/Adaptado pelos autores. Elaboração: LARC (NUMA/UFPA).

Figura 7 — Distribuição dos rebanhos bovinos brasileiros em 1939.



Fonte: Soares (1948)/Adaptado pelos autores. Elaboração: LARC (NUMA/UFPA).

Na segunda narrativa construída pelos militares, a Amazônia seria a válvula de escape dos conflitos, alternativa ao desenvolvimento nacional e livre de mitos. Para Becker (1991), a Amazônia, quiçá, a fronteira, deveria ser encarada enquanto potencialidade e disponível ao planejamento estatal.

Fronteira hoje, portanto, não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros ou camponeses. É um espaço também social e político, que pode ser definido como um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas (BECKER, 1990, p. 11).

Foi com essa interpretação que a ação sobre o espaço geográfico amazônico o transformou de vez no território do capital nacional e internacional, sob a constante luta entre esses representantes e as populações regionais que resistiram a essa ocupação feroz de exploração de seus recursos naturais, mas que invariavelmente resultou na constituição de uma região fornecedora de produtos primários de origem florestal, agropecuária e mineral (Soares *et al.*, 2016; Lobato; Soares, 2015).

A potencialidade agropecuária foi traçada a partir da migração dos territórios de criação de gado do Marajó e nordeste paraense para o sul e sudeste do Estado, respectivamente da várzea para a terra-firme. Houve a distribuição de incentivos à instalação de propriedades rurais ao mesmo tempo em que a Amazônia era rasgada por estradas, para possibilitar as frentes adentrarem mais ainda no interior da região (Guilherme Jr., 2022).

Concomitante à “ocupação da Amazônia pela pata do boi”, parafraseando Guilherme Jr. (2022), instalou-se nos interstícios dessa atividade a sua complementação, a extração legal e ilegal de madeira. Para Margulis (2003), formou-se na Amazônia o consórcio rentável da pecuária bovina com a extração madeireira, em que essa última servia de ponta de lança para a segunda. Para Fenzl *et al.* (2020), os principais resultados deste processo foram: a) a concentração de terras; b) o aumento do desmatamento; c) uma ampliação da urbanização alimentada pela desterritorialização e pelo êxodo rural.

Sobre o aproveitamento das potencialidades minerais, gostaríamos de deixar claro que estamos nos referindo à mineração em larga escala, haja vista que essa atividade já era desenvolvida desde pelo menos os fins do século XIX e início do XX, quando eram auxiliares das atividades do caucho e da castanha (Lagenest, 1958; Velho, 1981).

A mineração em larga escala na Amazônia acompanhou as mudanças no foco para a região e começaram a serem instituídas justamente quando houve a mudança de foco

das políticas estatais a partir do Golpe Militar de 1964, como mostram Teixeira e Beisiegel (2006, p. 148):

Após o golpe militar de 1964, o setor de mineração passou a ser considerado como uma das peças fundamentais para o desenvolvimento nacional, sendo então estabelecidas novas diretrizes para melhor conhecimento do subsolo brasileiro. Tais diretrizes visavam ao aumento e diversificação de bens minerais exportáveis e à revisão e modernização da legislação pertinente com ênfase na participação das empresas privadas (nacionais e estrangeiras).

Santos (2002) mostrou como se deu o processo de início das pesquisas e da instalação da lavra da mina de Carajás, até hoje uma das maiores províncias minerais do planeta. Uma coisa que nos chama atenção nessa reconstituição é o papel das estruturas que estavam colocadas em Carajás, tais como a cidade de Marabá.

Lefebvre (1973) nos ajuda a pensar esse processo, pois a grandiosidade do Programa Grande Carajás (PGC) (mapa 08), que envolvia dezenas de cidades, dois Estados, milhares de pessoas como mão de obra e a construção de várias obras de infraestrutura, requereu um esforço gigantesco, mas que não deveria ser empreendido de um espaço “vazio”, como se poderia inicialmente pensar.

Para se estimar o tamanho do investimento do PGC, quando foi pensado ainda na década de 1970, ele foi orçado em 62 bilhões de dólares, mas com o retorno de 17 bilhões por ano, diluídos em vários outros empreendimentos de outras frentes econômicas: agropecuária e florestal (Pinto, 1982).

A primeira tarefa do Estado foi dirimir os intensos conflitos agrários e urbanos que ocorriam em Marabá e entorno, como, por exemplo: a Guerrilha do Araguaia. Esses conflitos pela posse da terra foram uma consequência de uma ocupação induzida pelo Estado em que desvalorizava os sujeitos que detinham a posse das terras.

Aqueles sujeitos históricos da Amazônia que se debruçavam desde muito tempo nas terras desse vale foram invisibilizados e silenciados durante esse período de exceção, mas que nunca se furtaram em lutar pelas suas posses, construindo movimentos de resistência ao grande capital na fronteira (Hebette, 2004).

Para essa tarefa o Estado ditatorial criou uma estrutura burocrática com plenipotenciária que chamou de Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT):

O GETAT vem atender a dois objetivos. O primeiro, é dar garantias à política de terras em curso. **O segundo, é garantir o próprio PGC.** O

Estado, que vinha intervindo na região por meio de medidas de política econômica, frente ao vulto das contradições que se estabeleceram no processo de privatização de terras, é levado a intervir a partir de mecanismos político-militares. Visava-se assegurar a grande propriedade frente ao processo de complexificações das relações sociais, em desenvolvimento na região a partir de forças econômicas externas, como é o caso do Programa Grande Carajás, situado na região do Araguaia-Tocantins [...] (Fernandes, 1999, p. 74, grifos nosso).

Nesse momento também, a mão de obra que antes era tornada subserviente a força ao longo dos períodos de exploração do caucho e da castanha, passa a ser composta de novos sujeitos sociais alheios a essa estrutura de exploração montada. Muitos desses trabalhadores atuais eram de outras regiões brasileiras e tinham uma trajetória social muito diversa do amazônica, o que ajudou a fortalecer a luta social da região contra os desmandos das oligarquias tocantinas (Emmi, 1999).

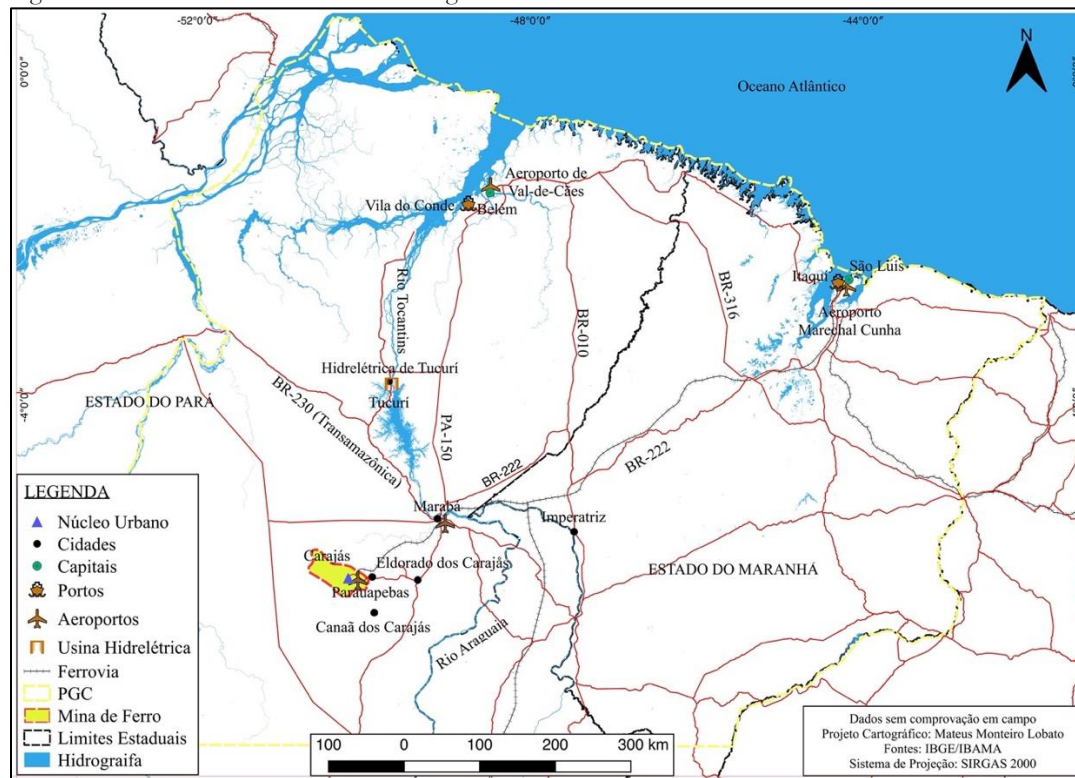
Todavia, era uma mão de obra extremamente necessária para compor o que Machado (1999) chamou de mercado de trabalho, pois a magnitude do empreendimento demandava a formação de um exército industrial de reserva de mesma monta, tendo em vista as tarefas que absorviam grande quantidade de trabalho, tal como a própria construção da estrada de ferro, que necessitou de um grande contingente de trabalhadores para abrir sua construção.

Cabe lembrar que com a mudança na base produtiva para a mineração, novos arranjos espaciais (Harvey, 2004) foram necessários à extração do valor, por exemplo. Tendo em vista a particularidade da carga (minério de ferro), foi necessário mudar o modal de circulação dos rios e rodovias para a ferrovia (Teixeira; Beisiegel, 2006).

Com os conflitos “controlados”, o Estado pode iniciar a fase de execução do planejamento visando a reestruturação urbana de Marabá e reforço da sua centralidade urbana no contexto da urbanização regional. Sendo uma cidade média e de importância na rede urbana, ela vai poder desempenhar o papel de suporte e geratriz as condições produtivas da exploração das atividades econômicas da fronteira (Almeida, 2006; Rodrigues, 2015).

Na atividade pecuária e madeireira, Marabá desenvolve uma relação de articulação com essas atividades econômicas a partir de seus predicados urbanos e políticos, onde as principais instituições políticas e financeiras vão exercer o papel de suporte a essas atividades econômicas: os bancos, os estabelecimentos comerciais e os órgãos governamentais burocráticos, isto é, as qualidades da centralidade urbana (Rodrigues, 2010).

Figura 8 — O PGC e sua infraestrutura logística.



Fonte: Autores (2018).

No campo da demografia, o sudeste paraense passou a ser um espaço de atração de fluxos migratórios de todas as regiões do país. Isso fez com que fosse erigido um perfil demográfico peculiar na região sul e sudeste do Estado do Pará. Uma amálgama populacional que fundiu uma identidade regional que briga pela sua emancipação (Lobato, 2012).

No campo político, Marabá já não é mais a cidade hegemônica quando se trata de observar a atuação das elites regionais, pois ela é acompanhada de perto por Parauapebas. Dois centros urbano-regionais que abrigam sujeitos econômicos enraizados pelas atividades econômicas que fazem parte. Essa atuação foi construída no âmbito de fraturas e conflitos entre os diferentes grupos e lideranças até a configuração territorial atual, em partes adiantado por Lima (1993) e Silva (2004).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar sobre a Geohistória do sudeste paraense na perspectiva socioespacial de Marabá nos revelou pontos interessantes para reflexão e que gostaríamos de retomar. Primeiramente, é explícito que a atuação da Coroa Portuguesa instaurou uma

“vocação” de exploração de matérias primas e que foi sendo continuada ao longo do tempo.

Essa especialização na questão do extrativismo, primeiramente vegetal, depois mineral, marca a identidade socioespacial do sudeste paraense. Primeiramente com a borracha, depois castanha, passando pela extração madeireira, atividade pecuária e mineração.

Um segundo ponto   que houve a solidificação de uma elite econômica, arraigada nas dinâmicas produtivas que foram sendo desenvolvidas. Da mesma forma, sua contraparte, aqueles que são explorados, também emergiram dessa produção do espaço regional. O que estrutura uma a o espacial marcada pelo conflito entre dois projetos de exploração dos recursos naturais.

Mais o ponto que   indelével é aquele observado na identidade cultural da região, pois os fluxos migratórios estimulados, trouxeram ricas misturas sociais para convergir no que é hoje a região sul e sudeste do Pará, combustível inequívoco para forjar um perfil social, político e cultural diferente do resto do estado.

Por fim, queremos destacar o caráter processual da construção socioespacial, mas evidenciado na atuação inequívoca da sociedade durante esse período. Dessa forma, acreditamos eliminar quaisquer possibilidades de interpretar a geohistória do sul e sudeste paraense a partir de um historicismo vulgar. Ao rechaçar esse caráter socialmente construído nos permite indicar que um dos pilares da geohistória: a atuação da sociedade na produção do espaço.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. J. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais.** 272 f. Dissertação (Mestrado em História Econ mica), Universidade São Paulo, São Paulo, 2006.

ARAÚJO, R. A razão na selva: Pombal e a reforma urbana da Amazônia. **Camões**, v. 15/16, p. 151-165, 2003.

BECKER, B. K. **Amazônia.** São Paulo: Editora  tica, 1990.

BECKER, B. K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III mil nio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.



DIAS, C. V. Marabá: Centro Comercial da Castanha. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 20, n. 4, 1958.

CARVALHO, A. C. *et al.* Consecuencias del avance de la frontera pecuaria capitalista y sus implicaciones en las disputas por la tierra de la Amazonía, Pará, Brasil. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 11, n. 9, p. 1-22, 2018.

CHAMBOULEYRON, R. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Editora Açai, 2010.

FENZL, N. *et al.* Os “Grandes Projetos” e o processo de urbanização da Amazônia brasileira: consequências sociais e transformações territoriais. **InterEspaço**, v. 6, p. 1-25, 2020.

GUILHERME JR., J. A. **Territorialização da pecuária na Amazônia paraense: uma análise na região de integração do Guamá, estado do Pará**. 176 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004.

LAGENEST, H. D. B. **Marabá: cidade do diamante e da castanha**. São Paulo: Anhambi, 1958.

LIMA, I. G. **Fragmentação política e territorial em Carajás**. 328f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

LOBATO, M. M. **Migração na fronteira: pelos caminhos do migrante até Marabá-PA**. 139f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

LOBATO, M. M. **Capital, território e monopólio no El Dorado de Carajás: uma análise da fronteira do Sudeste Paraense**. 234f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

LOBATO, M. M. *et al.* A modelização gráfica da Amazônia e uma proposta de interpretação da fronteira: as dinâmicas territoriais de Marabá e do sudeste do estado do Pará (Amazônia/Brasil). **Planeta Amazônia**, v. 14, p. 19-42, 2022.

LOBATO, M. M. *et al.* Cartografia, espaço, tempo e dinâmica territorial na fronteira: Marabá e Altamira. **Geonorte**, v. 15, n. 52, p. 26-46, 2024.

LOBATO, M. M.; SOARES, D. A. S. Fronteira na geografia: proposições para uma reflexão. **Boletim Amazônico de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 175-193, 2015.

LOPES, C. H. S. *et al.* Territorialização da atividade pecuária no Sudeste Paraense (Amazônia Brasileira). **Revista Universidade e Meio Ambiente**, v. 8, n. 1, p. 33-52, 2023.

MACIEL, D. P. Estado e território no centro-oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

MACHADO, L. O. **Mitos e realidades da Amazônia brasileira**: no contexto geopolítico internacional (1540-1912). Tese (Doutorado em Geografia), Universitat de Barcelona, Barcelona, 1989.

MACHADO, L. O. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. **Cadernos IPPUR**, v. 1, p. 109-138, 1999.

NOVAIS, F. A. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PINTO, L. F. **Carajás, o ataque ao coração da Amazônia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

REIS, A. C. F. **A política de Portugal no vale amazônico**. 2ª Ed. Belém: SECULT, 1992.

SANTOS, B. A. Recursos minerais da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, 2002.

SANTOS, R. A. O. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SIMONSEN, R. C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Senado Federal, 2016.

SOARES, D. A. S. **Produção do espaço, dinâmicas territoriais e vetores técnicos na zona costeira do estado do Pará**: uma geografia da subsunção e das exterioridades: uma geografia das águas. 405f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

SOARES, D. A. S. *et al.* Estado e capital: subsídios para a compreensão analítica do protagonismo do Estado brasileiro no rearranjo espacial da América do Sul. **GeoAmazônia**, v. 4, n. 7, p. 47-77, 2026.

SOARES, L. C. Delimitação da Amazônia para fins de planejamento econômico. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 10, n. 2, p. 2-52, 1948.

SOUZA, C. M.; CARDOZO, A. (Org.). **Histórias do Xingu**: fronteiras, espaços e territorialidade (Séc. XVII – XXI). Belém: EDUFPA, 2008.

TEIXEIRA, J. B. G.; BEISIEGEL, V. R. (Org.). **Carajás**: geologia e ocupação humana. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração de uma área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.